



AS VULNERABILIDADES DA VELHICE RURAL: UM ESTUDO DE CASOS MÚLTIPLOS NO RIO GRANDE DO SUL

RURAL OLD AGE AND ACCESS TO INCOME FROM THE PERSPECTIVE OF SOCIAL VULNERABILITY

Cristiane Tonezer
Márcia Luíza Pit
Clarete Trzcinski

RESUMO: Se por um lado o envelhecimento populacional é considerado como uma das principais conquistas sociais no mundo todo, por outro, traz grandes desafios à sociedade atual. Estes desafios estão relacionados ao processo de vulnerabilização decorrente do envelhecimento e ao despreparo das sociedades para enfrentá-lo. A pesquisa apresentada neste artigo tem como objetivo analisar as múltiplas vulnerabilidades presentes no envelhecimento rural dos municípios de Camaquã e Canguçu. Trata-se de um estudo de casos múltiplos (multicaso), do tipo qualitativo, em que os instrumentos e técnicas para levantamento de informações foram entrevistas com gestores e prestadores de serviços e grupos focais com os idosos. Os resultados indicam que a velhice rural expressa as incongruências da implementação das políticas públicas referendadas em tratados e políticas nacionais e internacionais. As principais vulnerabilidades identificadas estão relacionadas as condições de habitação, escolaridade, saúde, integração social, lazer e acesso à renda. Observaram-se características e limitações próprias do rural, expressas e diferenciadas entre os espaços da agricultura familiar, dos assentamentos rurais e das fazendas, encontrando-se os dois últimos em situação de maior vulnerabilidade no que diz respeito ao acesso à renda e à habitação se comparados ao primeiro. Por fim, destaca-se que as vulnerabilidades não são inerentes a algumas pessoas e grupos, mas dizem respeito a determinadas situações, que podem ser revertidas ou minimizadas. Isso mostra o potencial que conhecer essas situações tem de mobilizar práticas e profissionais para transformação.

Palavras-chave: Envelhecimento. Vulnerabilidades. Velhice rural.

ABSTRACT: If on one hand the ageing population is considered as one of the main social achievements worldwide, on the other side, brings great challenges to current society. These challenges are related to the increasing vulnerability due the ageing process and the lack of preparation of societies to face it. The research presented in this paper aims to analyze the relationship between access to income and social vulnerability of elderly people living in rural areas of the municipalities of Camaquã e Canguçu – RS. This is a study of multiple cases (multicase), qualitative, and the tools and techniques to gather information were: document search of sectorial public policies; interviews with managers and service providers and focus groups with elderly. The results indicate the increasing ageing population, especially in rural areas of both cities analyzed. It was found that rural old age express the incongruities of implementation of public policies referenced in treaties and national and international policies. It was observed characteristics and limitations in the rural, expressed and



differentiated among the family farming areas, rural settlements and farms, and the latter two being at more vulnerable with regard to access to income when compared to the first. We concluded that the well-being of people, more specifically of the rural elderly, not just concern about their conditions, but the "situations" under which they are, and with whom we have to take responsibility and commitment as citizens.

Keywords: Ageing. Vulnerabilities. Rural elderly.

1. INTRODUÇÃO

O envelhecimento pode ser entendido sob dois ângulos: individual e demográfico. Segundo Squire (2005), o envelhecimento individual ocorre desde o nascer, a partir das alterações fisiológicas, psicológicas e comportamentais. Cada indivíduo envelhece de um modo particular, diferente de outro, conforme os modos de vida, da profissão, dos acontecimentos traumáticos, bem como outros fatores de ordem social. Já o envelhecimento demográfico analisa “[...] o aumento da população idosa resultante da chamada transição demográfica que é definida como a passagem de um modelo demográfico de fecundidade e de mortalidade elevados, para um modelo em que ambos os fenômenos atingem valores baixos” (ROSA, 2012, p. 129).

No que diz respeito ao envelhecimento demográfico, vivemos o aumento sem precedentes na longevidade das populações em todo o mundo. Isso produz uma verdadeira revolução, porém, se por um lado indica uma conquista social, também traz inúmeros desafios à sociedade atual. Em 2050 prevê-se que o número de pessoas com mais de 65 anos nas regiões menos desenvolvidas, seja aproximadamente quatro vezes maior do que o verificado na primeira década do século XXI, subindo de 292 milhões para 1.168 bilhões. Esse grupo etário representará 19% da população dos países menos desenvolvidos em 2050, contra 8% verificados na atualidade. No que se refere aos países desenvolvidos, o ritmo de envelhecimento se mantém, mas de forma mais lenta. Nesses países, as pessoas idosas representarão 33% da população em 2050, contra 19% no ano de 2012, enquanto a porcentagem de jovens continuará a diminuir. (INE, 2002).

Segundo Camarano e Pasinato (2004), o envelhecimento populacional nos países desenvolvidos ocorreu em um cenário socioeconômico favorável, ao contrário dos países em



desenvolvimento, onde o processo de envelhecimento está ocorrendo em meio a uma conjuntura recessiva e a uma crise fiscal que dificultam a expansão do sistema de proteção social. Kalache (2008) destaca que os países em que as políticas públicas não contemplarem alternativas para essa mudança demográfica, estarão condenando pessoas a diversas vulnerabilidades sociais que afetam diretamente a qualidade de vida.

No Brasil e, mais especificamente, nos espaços rurais brasileiros, as vulnerabilidades que afetam a população idosa também estão presentes. Entre os aspectos que contribuem para isso se destaca a modernização da agricultura (ocorrida entre as décadas de 1960 e 1970) que favoreceu apenas as grandes propriedades. Isso gerou a descapitalização dos pequenos produtores e a exclusão de boa parte da população jovem que busca na cidade novas oportunidades, mantendo-se no rural quase que exclusivamente os idosos. (DELGADO; CARDOSO JR., 2000). Nesse contexto, a sustentabilidade dos espaços rurais brasileiros torna-se um problema, quando se observa uma população cada vez mais envelhecida e vivendo sob a salvaguarda dos benefícios previdenciários e da Assistência Social.

Apesar da relevância da discussão acerca das vulnerabilidades, observa-se que este conceito se associa mais aos aspectos da vida urbana, sendo mais difícil encontrar estudos rurais nessa perspectiva. Existe, portanto, a necessidade de estudar como ocorre esse fenômeno no rural e como os idosos, em particular, enfrentam essa realidade. Assim, o objetivo do estudo¹ apresentado neste artigo é analisar as múltiplas vulnerabilidades presentes no envelhecimento rural dos municípios de Camaquã e Canguçu. Estes municípios localizam-se na chamada metade sul do Estado do Rio Grande do Sul, a qual se caracteriza como um território empobrecido e vulnerável, que sofre crescente desaceleração econômica, com reflexos sociais importantes quando comparada a outras regiões do referido Estado. (UFRGS, 2005).

Segundo o IBGE (2006), Canguçu apresenta elevado número de estabelecimentos rurais, sendo 9.881 estabelecimentos, com área média de 16 ha, o que o faz ser conhecido como o município com maior quantidade de minifúndios da América Latina e a Capital Nacional da Agricultura familiar. Já Camaquã possui elevado valor do PIB per capita (R\$ 17.784 em 2011) e apresenta grande participação do setor industrial em sua composição

¹ O presente artigo traz parte dos resultados de tese de doutorado da primeira autora.



(beneficiamento de arroz e curtumes), bem como do setor comercial, o que evidencia diversificação da sua base econômica. (FEE, 2012).

De acordo com o último censo do IBGE (2010), a população idosa de Camaquã é de 8.651 pessoas, o que representa 64,5% do total de habitantes do município. Do total da população idosa, 13,17% reside na área rural e 86,83% na área urbana. Já Canguçu possui uma população total de 53.259 habitantes, dos quais 8.724 são idosos (16,38%). Destes últimos, 63,57% residem na área rural e 36,42% na área urbana.

Ambos os municípios possuem características fundiárias distintas que permitem dividir os espaços rurais em: fazendas, caracterizadas pelas grandes extensões de terras planas; campos, pequenas extensões de terras montanhosas; e assentamentos, micro áreas divididas e distribuídas pela reforma agrária. (COTRIM, 2003). As diferenças desses dois municípios, marcam as singularidades observadas na população idosa, a qual será objeto de análise do presente artigo.

2. A NOÇÃO DE VULNERABILIDADE

A noção de “vulnerabilidade”, termo tomado do movimento de Direitos Humanos, foi desenvolvida inicialmente por Mann e colaboradores (MANN, 1992), para pensar a epidemia da Aids no contexto da Saúde Pública. Tal abordagem, visualizava a prevenção da doença como resultado de informação e vontade pessoal, dependendo, portanto, da mudança de comportamento realizada voluntariamente pelo indivíduo. Com o intuito de ultrapassar esta compreensão, Ayres (1996) propõe ampliar o campo das reflexões sobre a vulnerabilidade, para além do comportamento individual, destacando que esta noção só pode ser entendida como produto da interação de múltiplos fatores sociais, econômicos, culturais e políticos, não se reduzindo à vontade individual.

Na direção do hibridismo conceitual, Ayres (1996) propõe que a vulnerabilidade seja pensada sob três planos: o social, o programático ou institucional e o individual, levando em conta que qualquer mudança em um dos planos sempre ocasionará consequências nos demais.



Paz, Santos e Eidt (2006), ao analisarem a vulnerabilidade biológica/individual no envelhecimento citam que as alterações biológicas tornam os idosos mais suscetíveis às doenças, por sua vez, o declínio da capacidade funcional geralmente conduz a pessoa idosa à limitação da capacidade de desempenhar, de forma independente, suas atividades cotidianas. Essas atividades estão relacionadas à participação social do idoso ou à manutenção de sua integração ao meio social, desencadeando, assim, condição de dependência para tais atividades.

Já, a vulnerabilidade social, mais próxima dos sistemas sociais, refere-se,

Ao modo de obtenção de informações [...], como acesso aos meios de comunicação, escolaridade, disponibilidade de recursos materiais, poder de influenciar decisões políticas, possibilidades de enfrentar barreiras culturais, estar livre de coerções violentas ou poder defender-se delas. (AYRES, 1996, p. 6).

Ou seja, o plano social inclui, entre outras, as condições socioeconômicas, acesso à informação, escolarização, garantia de acesso aos serviços, garantia de respeito aos direitos humanos.

Acrescentam-se elementos da vulnerabilidade de gênero também como exemplo dessa fragilização, quando se observa que mulheres rurais enfrentam maiores dificuldades na hora de se aposentarem do que os homens, mesmo que estas, muitas vezes, exerçam múltiplas funções na casa, com a família e com o trabalho na roça, durante toda a sua vida. A vulnerabilidade, nesse caso, resulta das assimetrias de gênero na prática legal (leis e dispositivos para fazer cumpri-las) no campo dos direitos constitucionais. (BRUMER, 2002a, TONEZER, 2009).

Por fim, a vulnerabilidade programático/institucional refere-se, segundo Ayres (1996, p.6), “aos recursos sociais de que as pessoas necessitam para não se exporem aos agravos e se protegerem de seus danos que devem ser disponibilizados de modo efetivo e democrático”.

3. METODOLOGIA



Trata-se de um estudo de casos múltiplos (multicaso), do tipo qualitativo com caráter exploratório e analítico descritivo, de acordo com a descrição realizada por Gil (2009). O estudo foi desenvolvido em dois municípios localizados na região sul do estado do Rio Grande do Sul - Camaquã e Canguçu.

Participaram como sujeitos de pesquisa 47 pessoas de dois grupos distintos. O primeiro, foi constituído por 31 gestores e prestadores de serviço de diferentes instituições locais públicas e não públicas, responsáveis pelas políticas sociais, ações e serviços oferecidos aos idosos dos municípios em questão. Destes, dezesseis atuavam em Camaquã e quinze em Canguçu. Já o segundo grupo era constituído por 16 idosos residentes em ambos os municípios, sendo oito de Camaquã e oito de Canguçu.

As distintas características destes municípios fazem com que os participantes da pesquisa denominem os empregados das fazendas como “empregados rurais”, os que moram no campo como “agricultores familiares” e a população que mora nos assentamentos de “assentados rurais”, classificações que serão consideradas neste estudo. Assim, entre os idosos que participaram da pesquisa, 11 eram agricultores familiares, 3 assentados rurais e 2 eram empregados rurais.

Para o levantamento de informações foram realizados 2 grupos focais com os idosos, um em cada município, os quais contaram com a participação de oito sujeitos cada. Também foram realizadas 31 entrevistas semiestruturadas com os técnicos de ambos os municípios.

Os prestadores de serviços dos municípios de Camaquã e Canguçu foram contatados por indicação dos representantes da Secretaria da Ação Social e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Os critérios para participação da pesquisa foram: ser responsável por pelo menos uma ação e/ou serviço aos idosos no local no momento da pesquisa e aceitarem participar do estudo.

Os idosos participantes dos grupos focais, por sua vez, foram contatados a partir de indicação dos prestadores de serviço entrevistados, sendo que os critérios de inclusão foram: aceitar participar do estudo; residir em espaços rurais; apresentar boas condições de saúde mental e terem idade de 60 anos ou mais. Atenderam-se todos os preceitos éticos previstos pela resolução 196/1996 do Conselho Nacional de Saúde.



As informações obtidas foram analisadas por meio da análise de conteúdo temático proposta por Minayo (1994) a qual suscitou as categorias a seguir, que também orientaram a escrita deste artigo: a) Habitação e condições materiais; b) Integração social e lazer; c) Educação formal; d) Assistência à saúde; e) Acesso à renda.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 O ACESSO DOS IDOSOS À HABITAÇÃO

Sabe-se que as condições de moradia influenciam na vida e no bem estar dos idosos. Segundo o IBGE (2002), a estrutura da habitação e a posse de alguns bens duráveis são fatores que contribuem para as condições de vida e de saúde, além de facilitarem a comunicação, o conforto e o bem-estar da população. Em relação ao direito de habitação no Brasil, o Estatuto do Idoso, Lei 10.741, Art 37, preconiza que: “O idoso tem direito à moradia digna, no seio da família natural ou substituta, ou desacompanhado de seus familiares, quando assim o desejar, ou, ainda, em instituição pública ou privada”. (BRASIL, 2003).

Na região estudada, observou-se que, apesar das mudanças positivas ocorridas nas condições materiais de vida dos idosos rurais entrevistados, advindas do recebimento dos benefícios previdenciários, muitas habitações não possuíam luz elétrica, água encanada, e instalações sanitárias. Isso configura condições de vulnerabilidade, agravadas pelo que se considera:

[...] habitação inadequada a uma população envelhecida do ponto de vista de acesso a recursos como luz, água, esgotamento sanitário adequado, entre outros, além das adaptações necessárias às limitações provocadas, com frequência, por doenças crônicas ou mesmo por eventos próprios do envelhecimento físico” (TONEZER, 2009, p. 71).

Em relação às ações e serviços habitacionais nos municípios analisados, foi possível observar que em Canguçu existe uma mobilização maior do que em Camaquã em auxiliar a população mais vulnerável nas reformas e construções das moradias. Segundo entrevistada da Secretaria Municipal da Ação Social de Canguçu: “A gente nunca deixa uma família sem abrigo, tem vezes que nós próprios organizamos um mutirão para ajudar na construção da



casa ou para fazer uma reforma”. Também observou-se nesse município uma preocupação particular com os idosos quando o assunto são as condições de moradia: “Se tiver um idoso precisando de um auxílio, aí a gente se preocupa ainda mais, porque para eles tudo é mais difícil, né?”. Estas informações são confirmadas pelos idosos participantes da pesquisa em Canguçu quando citam que “a Secretaria da Ação Social dá uma boa assistência para os idosos, não os deixam morarem na rua”.

Em Camaquã, por sua vez, os gestores e prestadores de serviços com frequência observam a carência de verbas municipais para atender às populações “mais vulneráveis”. Segundo entrevistados das instituições desse município, “Se não há verba não há ação, o que faz com que parte da nossa população seja desassistida”. Tal característica questiona o “dinamismo” econômico de Camaquã, isso porque, apesar deste município apresentar um elevado PIB per capita, que se aproxima-se de R\$ 18.000 anuais, na prática observam-se desigualdades que se manifestam em carências por ações e serviços sociais indispensáveis à população. Isso traz a problematização sobre para onde seria direcionada a arrecadação deste município.

Os participantes da pesquisa foram questionados sobre a existência ou não de idosos sem moradia nos municípios analisados. Observou-se que a grande maioria possui moradia. Segundo os entrevistados das instituições, os idosos geralmente “dedicam boa parte de suas vidas para construir suas casas, só os assentados rurais não”, por isso é mais difícil encontrar um idoso que não tenha onde morar.

Os idosos que vivem no meio rural, estão há mais tempo morando nos municípios analisados, muitos nasceram lá, por este motivo criaram uma identidade de pertencimento ao território em que vivem. Esse aspecto responde pelos laços socioculturais e afetivos com o “lugar”. Analisando na perspectiva de Raynout (2006) são os valores imateriais que movimentam a vida. Observou-se que, ao pedir informações nos espaços rurais de Camaquã e Canguçu, os moradores costumam dar como referência um nome, “perto da casa de J...”, “após a casa de T...”, estes sendo geralmente idosos. A fala de uma idosa ilustra isso que pode ser definido como uma identidade cultural.



Para mim minha casa é meu canto, ter uma casa é ter uma identidade. Tendo um canto para morar é importante, não precisa ser um palácio, mas um lugar com um quarto, um banheiro, uma cozinha já tem um palácio. (Idosa Camaquã, 75 anos).

Entender as “situações” de vida dos idosos rurais a partir de suas percepções permite pensar políticas sociais, ações e serviços mais “adequados” as suas realidades, destacando que para muitos idosos de Camaquã e Canguçu, mais importante que ter uma casa e uma identidade é ter saúde e alguém com quem compartilhar a vida.

Observou-se que as condições de moradia dos idosos são influenciadas pela renda. De acordo com os prestadores de serviços de Camaquã e Canguçu, as moradias se diferenciam entre as categorias analisadas. Ou seja, as casas dos assentados rurais são padronizadas, “pois são oferecidas pela reforma agrária”, já as casas dos agricultores familiares geralmente “são maiores e melhores que as dos assentados e empregados rurais”. Por fim, as casas dos empregados rurais “geralmente são mais precárias, quando eles têm uma casa, porque alguns sequer têm”, observam os prestadores de serviço e gestores participantes da pesquisa.

Dando suporte a esta discussão, observou-se que muitos ex-empregados das fazendas são condenados à “miséria” e ao “abandono”, isso porque, após atingirem idades mais avançadas, são demitidos das fazendas não tendo onde morar, “enquanto eles trabalhavam nas fazendas, tinham aquele lugar garantido, mas quando eles não servem mais para trabalhar, os patrões não querem mais saber deles”, observam os participantes da pesquisa. Também, segundo estes, existem alguns casos de idosos que trabalhavam nas fazendas e que nunca tiveram a carteira de trabalho assinada, cujos filhos já não estão mais no município, “aí resta apenas o asilo, pois eles não têm onde morar nem como se sustentar”.

Sintetizando, observa-se que o Brasil e mais especificamente, a Política Nacional do Idoso (1994), inclui nos programas de assistência ao idoso, formas de melhoria de condições de habitabilidade e adaptação de moradia, considerando seu estado físico e sua independência de locomoção. Mas na prática, isso nem sempre é uma realidade, fator observado no rural de Camaquã e Canguçu, com destaque para os assentamentos rurais.

4.2 INTEGRAÇÃO SOCIAL E LAZER



A integração social e o lazer são fatores que, assim como a habitação e as condições de moradia repercutem na saúde física e mental no envelhecimento. Segundo Sousa (2003), o isolamento social pode provocar o aparecimento da angústia e da solidão, tão frequente no idoso quando este se afasta, ou é afastado das outras pessoas de convívio.

Para dar suporte a esta discussão, destacam-se os Planos de Ação de Viena e Madri que preconizam que a última etapa da vida demanda condições de estabilidade econômica e pessoal, através de uma ativa participação na vida familiar e social. No âmbito da família, segundo o Plano de Madri, os vínculos intergeracionais são muito importantes. Mesmo com toda mobilidade geográfica da vida contemporânea, a grande maioria das pessoas de todas as culturas mantêm estreitas relações com seus familiares por toda a vida.

No Brasil, por sua vez, a Política Nacional do Idoso destaca a responsabilização da família, da sociedade e do Estado no dever de assegurar aos idosos sua participação na comunidade. (BRASIL, 1994). Porém, observa-se que no meio rural a integração social e o lazer são prejudicados pelo isolamento, isso porque, se por um lado as relações de vizinhança se acentuam como estratégias de sobrevivência e relacionais, por outro existem idosos totalmente isolados, longe dos serviços e da sociedade. (TONEZER, 2009).

Pinto et al. (2006), ao citar as relações sociais no rural brasileiro, sugerem que estas se dividem entre formais e informais. As primeiras, segundo os autores, provem das instituições da comunidade, igrejas, serviços governamentais e serviços privados. Já as segundas, são compostas por todos os indivíduos e suas ligações com quem se tem uma relação familiar mais próxima ou envolvimento afetivo como a família, amigos, vizinhos e a comunidade. Os autores ainda observam que as segundas são mais intensas, isso porque as relações formais são prejudicadas pelo acesso e mobilidade dificultados no rural. As moradias geralmente são mais distantes umas das outras, assim como se distanciam da sede da comunidade e do centro da cidade, o que atesta o direcionamento predominantemente urbano das ações vinculadas às políticas públicas.

Em Camaquã e Canguçu, se existe integração social e lazer entre os idosos rurais, estes são resultado das estratégias criadas pelos próprios idosos, que, em sua maioria, se encontram desassistidos pelas instituições analisadas, o que pode ser observado nas falas a seguir.



O divertimento é péssimo, só vamos em alguns aniversários quando somos convidados, nem festas na comunidade não estão saindo mais. Lá na minha comunidade não tem nada, nada para a gente se divertir, só indo num vizinho pra gente se distrair. (Idosa de Camaquã, 60 anos).

Não tem nenhum divertimento na minha comunidade, lá não tem mesmo, se a gente quer vim numa festa, numa atividade, só aqui na cidade e não temos condução também, aí dependemos de taxi, mas sai muito caro para a gente, então dificilmente a gente vem. (Idosa de Canguçu, 76 anos).

Em relação aos gestores e prestadores de serviço participantes da pesquisa, estes citam que as atividades que promovem tanto integração social quanto lazer aos idosos nesses municípios são os Grupos de Idosos, porém, a população rural dificilmente tem acesso aos mesmos. Em termos numéricos observou-se que dos 8.651 idosos de Camaquã (IBGE, 2010), 240 participam de grupos de idosos e, destes, apenas três residem em áreas rurais. Em Canguçu, por sua vez, dos 8.724 idosos (IBGE, 2010), 340 participam dos grupos, sendo 60 residentes em áreas rurais.

A pouca adesão dos idosos rurais aos Grupos de Idosos, segundo participantes é consequência do local em que estes são oferecidos. Em Camaquã localizam-se todos na sede do município e, em Canguçu, apenas um é oferecido em uma comunidade rural. Ainda em relação aos Grupos de Idosos, os gestores e prestadores de serviço observam o quanto estes são importantes à geração idosa. A fala abaixo ilustra essa valorização:

Eu vejo que os idosos que participam dos nossos Grupos encaram o processo de envelhecimento como algo natural, não como algo ruim, que possa deixá-los mais debilitados. O convívio com os demais, da mesma faixa etária, faz com que esse processo não seja tão pesado para eles, porque eles dividem a experiência de serem idosos com outros idosos e isso é muito importante para eles. (Gestora da Secretaria Municipal da Ação Social, Canguçu).

Os idosos rurais participantes da pesquisa e que compuseram os Grupos de Idosos destacam a importância destes, o que é representado por falas como “os grupos são tudo de bom, nos fazem esquecer de tudo” (Mulher idosa de Canguçu, 76 anos), “se tem dor passa” (Homem idoso de Canguçu, 73 anos). Também observam que no grupo eles têm a oportunidade de rever amigos e de “se distrair, porque ficar só em casa cansa” (Mulher idosa de Canguçu, 72 anos).



Para fazer frente à carência por ações e serviços de integração social e lazer “formal”, esses idosos buscam na igreja, nos vizinhos, na “bodega” e principalmente no trabalho formas de se integrarem socialmente e “passarem o tempo”. Em relação aos vizinhos, estes desempenham diferentes funções na vida desses idosos, podendo-se afirmar que são estes que oferecem os primeiros auxílios na busca por estratégias que suprem a carência das ações e serviços oferecidos pelas instituições.

As igrejas também são importantes nos espaços rurais analisados, porém, segundo entrevistados das instituições, estas atuam de forma diferente nas áreas de predomínio da agricultura familiar e nos assentamentos, isso porque, nas comunidades onde predomina a agricultura familiar, a igreja católica tem a função de integrar através de festas e encontros “os agricultores familiares que se reúnem mais em festas nas comunidades. Eles se articulam na própria comunidade, através da igreja”, observa prestadora de serviço da Secretaria Municipal de Ação Social de Canguçu. Por sua vez, nos assentamentos, além da limitação das ações e serviços oferecidos pelas instituições dos municípios, “eles [referindo-se aos assentados rurais] têm dificuldade de se integrar socialmente pela diversidade cultural caracterizada nesses espaços”, o que atesta mais uma vez a maior vulnerabilidade dos idosos assentados rurais se comparados com os agricultores familiares. Abaixo, uma fala exemplifica a afirmação acima.

Por exemplo, de repente apareceu uma quantidade grande de religiões lá no assentamento, quando tinha uma ou duas igrejas eles ficavam juntos e agora acaba dividindo muito eles, aí eles não sabem mais para que igreja ir. Esses dias eu estava olhando, vem pastor de tudo o que é lado nos assentamentos, aí eles ficam os coitados numa confusão e parece que assim, eles perdem a identificação de conjunto. Nos assentamentos também, como não existe um salão comunitário, uma associação comunitária independente da religião eles acabam indo nessas igrejas de forma individual, o que contribui para perder aquele sentido de grupo porque às vezes as diferentes religiões separam as pessoas. (Secretaria Municipal da Ação Social, Canguçu).

Observou-se assim, que as ações e serviços oferecidos pelas instituições, que levam em conta a integração social e o lazer dos idosos rurais nos municípios de Camaquã e Canguçu são quase inexistentes, porém, os idosos não referiram falta destes serviços. Assim, percebeu-se que, são poucas as iniciativas das instituições analisadas em Camaquã e Canguçu



que estimulam a concretização de redes comunitárias capazes de dar conta da realidade rural. Essa condição é justificada, muitas vezes, pela inexistência de serviços ou pelo difícil acesso aos mesmos com visível prioridade urbana.

4.3 A BAIXA ESCOLARIDADE ENTRE OS IDOSOS RURAIS

Ao analisar a educação e a influência na vida dos idosos rurais, observa-se que, no Brasil, o estatuto do idoso Lei. 10.741, Art. 20, preconiza que, "O idoso tem direito a educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade". (BRASIL, 2003).

Os números do IBGE (2010) mostram que no Brasil o analfabetismo atinge 9,61% da população com 15 anos ou mais e estas se concentram no rural e caracterizam-se pela idade elevada. Moraes (2007), ao estudar idosos rurais mais velhos do município de Encruzilhada do Sul – RS, afirma que a baixa escolaridade desses constitui-se em fator agravante das desigualdades, e dificulta o acompanhamento das transformações do mundo contemporâneo. A mesma autora, ao refletir sobre o cotidiano dos que vivem no rural brasileiro, cita como exemplo os avanços tecnológicos e agrícolas que ocorreram no século passado (XX), os quais os idosos tiveram que acompanhar, e adaptar-se à nova realidade. Essa defasagem escolar é produtora de exclusão.

Ao analisar a educação e sua influência na vida dos idosos rurais de Camaquã e Canguçu, tanto os gestores e prestadores de serviço quanto os idosos rurais citaram que existe um alto índice de analfabetismo entre os idosos desses municípios. Esta característica é confirmada pelos dados do IBGE (2010), onde se observa que 71,6% e 80,5 % dos idosos de Camaquã e Canguçu, respectivamente, não possuem nenhuma instrução ou possuem apenas o ensino fundamental incompleto.

Acrescenta-se ainda a dificuldade que idosos analfabetos e semianalfabetos apresentam quando buscam seus direitos. Segundo entrevistados, existe dificuldade de comunicação entre os serviços e os idosos rurais, porque “muitos sequer sabem ler e escrever”, “não sabem nem o que perguntar”, isso considerando apenas os que “chegam” até as instituições. “Tem muitos que nem sabem dos seus direitos”, observa uma entrevistada da



secretaria Municipal da Ação Social de Camaquã. Esta condição e as limitações decorrentes evidenciam a vulnerabilidade social dos idosos rurais de Camaquã e Canguçu.

4.4 ASSISTÊNCIA À SAÚDE

No fenômeno do envelhecimento, a saúde é influenciada pela transição epidemiológica que acompanha as mudanças demográficas. Para Lima-Costa e Veras (2003), qualquer que seja o indicador de saúde analisado, haverá uma proporção maior de agravos e procedimentos médicos entre aqueles de mais de 60 anos, em comparação aos demais grupos etários, implicando maior utilização dos serviços de saúde e custos mais elevados. Ainda, segundo estes autores, “as doenças dos idosos são crônicas e múltiplas, perduram por vários anos e exigem acompanhamento constante, cuidados permanentes, medicação contínua e exames periódicos” (LIMA-COSTA, VERAS, 2003, p. 700). Esses motivos implicam em tensionamentos específicos às políticas públicas de saúde.

Sabe-se que a exclusão em saúde se constitui pela negação do direito de uma pessoa ou um grupo de satisfazer suas necessidades em saúde, podendo adotar diferentes formas em função de fatores geográficos, culturais, econômicos e sociais. (OPS, 2003). Por sua vez, na América Latina, essa forma de exclusão está geralmente associada com a pobreza, o isolamento geográfico, a falta de acesso aos serviços públicos e baixo nível educacional. Assim, também, destaca-se que os idosos rurais estão entre os mais vulneráveis no processo de exclusão nesse sistema, em virtude de, além de apresentarem uma maior vulnerabilidade decorrente da idade, ainda enfrentam o problema da distância a que estão dos serviços de saúde, o que pode ser agravado em função do isolamento geográfico. (HINCK, 2004).

Nesta mesma linha reflexiva, Rogers (2000) observa que os idosos rurais brasileiros são mais pobres que os urbanos, o que pode dificultar o acesso à saúde. Estas informações são confirmadas ao se analisar a situação de vida e saúde dos idosos rurais de Camaquã e Canguçu, pois observou-se que muitos idosos não apenas são vítimas da vulnerabilidade individual/biológica (por serem mais suscetíveis às doenças do que a população adulta), mas também da vulnerabilidade social e programática/institucional (por se encontrarem desassistidos das ações e serviços de saúde).



A menor ou a não disponibilidade de ações e serviços aos idosos rurais em Camaquã também é observada quando se analisa a atuação das Estratégias de Saúde da Família - ESF. Nesse município, segundo um gestor entrevistado, estas “eram oferecidas pela administração passada, mas agora não funcionam mais, pois não há verba”. Em Canguçu, por sua vez, existem quatro equipes de ESF, três localizam-se na sede do município e um em uma comunidade rural, o que, mais uma vez, atesta o predomínio urbano do oferecimento de ações e serviços, destacando que, além dos principais serviços de saúde se localizarem na sede do município, os serviços com potencial estratégico de se deslocarem ao rural, como as equipes de ESFs, também recebem mais atenção nas áreas urbanas.

Destaca-se a importância estratégica das ESFs no contexto rural, isso porque, além de deslocar médicos e enfermeiros para locais mais distantes da sede do município, estas ainda difundem orientações e informações à população através dos agentes comunitários de saúde. Segundo os prestadores de serviços e gestores dos municípios, a importância das ESF aumenta quando se observa a população idosa rural, isso porque muitos desses idosos se encontram em situações de abandono e negligência. As limitações do oferecimento deste programa em Canguçu e o não oferecimento em Camaquã atestam a vulnerabilidade programática/institucional em que se encontram os idosos analisados quando o assunto é saúde.

A falta de acesso à atenção básica em Camaquã, também repercute nos Grupos de Diabéticos e Hipertensos que são oferecidos apenas na sede do município e do qual nenhum idoso rural participa: “não que eles não possam participar, mas é difícil eles saírem de lá do interior todas as semanas, deixarem os afazeres deles e virem até aqui [referindo-se à sede do município]”, observa a entrevistada da Secretaria Municipal da Saúde de Camaquã. Em Canguçu, por sua vez, existem dois grupos, um na sede do município e um em uma comunidade rural.

Os gestores e prestadores de serviços de Canguçu destacam o quanto seria importante esses grupos serem oferecidos em todas as comunidades rurais, porém, segundo estes, Canguçu não tem verba e profissionais suficientes para atender toda a demanda. Esta situação também justifica o não oferecimento desses Grupos nas áreas rurais de Camaquã, segundo gestores e prestadores de serviços deste município.



Estes Grupos são importantes para os idosos, pois, além de auxiliarem na doença (diabete e hipertensão), ainda possibilitam o convívio e as trocas de experiências de cuidado entre os participantes e um maior bem-estar, e a principal atividade é a ginástica. Porém, como se observou acima, a participação dos idosos rurais é limitada devido à localização em que os grupos são oferecidos e a pouca oferta destes, atestando a iniquidade, que se materializa através do predomínio urbano ao acesso às ações e serviços.

Observa-se que, segundo prestadores de serviços de Camaquã, o município conta apenas com Programa de Agentes Comunitários de Saúde PACS, que apesar de não ter a equipe completa da ESF, desempenha função importante nas áreas rurais de ambos os municípios analisados, principalmente quando se trata dos idosos.

Para fazer frente às dificuldades de acesso aos serviços públicos de saúde, as Secretarias Municipais da Saúde de Camaquã e Canguçu oferecem às áreas rurais uma Unidade Móvel de Saúde que leva médicos e técnicos de enfermagem aos lugares mais distantes da sede, porém, esta ação não consegue suprir toda a demanda da população rural, muitas vezes “deixando de ir em alguma comunidade”, ou “indo apenas uma vez por mês”, quando o objetivo para ambos os municípios, segundo entrevistados das instituições, “seria levar pelo menos quinzenalmente a UBS móvel a todas as comunidades que não têm um posto (Unidade) de saúde”.

Também, para fazer frente à carência dos serviços de saúde públicos, os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Camaquã e Canguçu oferecem aos seus sócios consultas médicas com clínico geral, pagando por estas apenas uma taxa reduzida que equivale a 10% de uma consulta particular (o que significa aproximadamente R\$ 20,00). Apesar desta ação também se localizar na sede do município, segundo prestadores de serviço, “os serviços do STR são melhores se comparados com os do SUS”, justificando que “difícilmente as pessoas que procuram o Sindicato ficam sem consulta médica”, assim como “os médicos do STR dão mais atenção para os pacientes do que os médicos do SUS” (STR, Camaquã), informação confirmada pelos idosos.

Outra informação importante trazida pelos idosos rurais, referente às ações e serviços de saúde dos STRs, é que, como quem busca estas ações e serviços é apenas a população rural, estes não competem com a população urbana na hora de conseguir as fichas de



atendimento. Segundo um entrevistado idoso de Canguçu: “Quem mora na cidade tem condições de chegar bem cedo no SUS, conseguem uma ficha melhor, né? Já nós chegamos aqui na cidade bem tarde, aí quando se chega não tem mais nada lá no posto”. Um idoso de Camaquã revela:

Os meios de saúde para quem mora lá fora [rural] é complicado, porque tu chega aqui [sede do município] e já está lotado os postos de saúde, e aí a gente tem que ir embora mesmo, porque não tem mais ficha porque o ônibus chega na cidade 8 horas e já tem gente lá no posto desde as quatro horas. Eu mesmo cheguei para pegar um remédio, dei um jeito de chegar às 6 da manhã, mas já tinha gente desde as quatro esperando por remédio e médico, como tinha só dez fichas eu fiquei sem médico e sem nada, isso é injusto. (Idoso Camaquã, 85 anos).

Não se observou diferenciação no oferecimento de ações e serviços de saúde aos idosos nas diferentes categorias analisadas: agricultor familiar, assentado rural e empregado rural. Ou seja, os prestadores de serviço e gestores participantes da pesquisa demonstraram, apesar das limitações, preocupação em atender indistintamente todas as categorias. Característica confirmada pelos idosos participantes dos grupos focais, que generalizam as limitações das ações e serviços de saúde a todos as áreas rurais destes municípios.

4.5 ACESSO À RENDA

Apesar de não ser um fator exclusivo, a renda é importante para garantir o bem-estar de todas as faixas etárias, quando atende as necessidades humanas básicas, como saúde, alimentação, abrigo, sendo possível correlacionar satisfação financeira com a satisfação com a vida, de modo especial em nações mais pobres. No contexto estudado, o acesso à renda pela população idosa é garantido especialmente pelo acesso à previdência social e aos programas da Política de Assistência Social.

Autores como Delgado e Cardoso Jr. (2004) e Tonezer (2009) destacam o importante papel desempenhado pelos benefícios previdenciários no rural brasileiro, pois estes, ainda que tardios, cumprem uma função de proteção social à “pequena agricultura”. Permitem, ainda, no espaço privado familiar, uma revalorização das pessoas de idade que, ao acessarem a renda dos benefícios previdenciários, “obtem uma espécie de salvaguarda de subsistência familiar,



invertendo o papel social de assistidos para o de assistentes, no contexto da estratégia de sobrevivência das famílias pobres”. (DELGADO; CARDOSO JR., 2004, p. 295, TONEZER, 2009).

A Constituição Federal de 1988 garante a universalidade dos direitos previsto na seguridade social brasileira, dos quais fazem parte a saúde, assistência e previdência. Hoje, em termos de assistência e renda aos idosos no Brasil, destaca-se a Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS (Lei n. 8.742/93), cujas regras não se diferenciam do rural para o urbano. Porém, como destaca Silva (2006), muitos idosos não são incluídos nos benefícios, seja por estarem fora do patamar de pobreza ou da faixa etária estipulados pelos critérios da lei (65 anos), seja por não terem acesso aos documentos exigidos ou por não se encontrarem na condição de “incapazes para o trabalho”, o que indica que a universalidade ainda não foi atingida no acesso a estas políticas sociais.

Entre os benefícios mais importantes previsto pela Constituição Federal e garantido pela LOAS está o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que consiste no repasse de um salário-mínimo mensal, dirigido às pessoas idosas e às portadoras de deficiência ou que não conseguiram acessar a aposentadoria pela previdência. Atualmente também se destaca o Programa Bolsa Família como uma forma de acesso à renda entre a população idosa mais pobre.

Numa análise antropológica Woortmann e Woortmann (1999) salientam que o direito à Previdência Rural assegurou, de certa forma, a manutenção das relações hierárquicas na família, uma vez que a renda fixa trouxe importantes mudanças no modo de vida dos idosos rurais, pois foi capaz de abrir novas dimensões nas suas vidas, reforçando sua autonomia e afastando o fantasma da dependência para com os filhos. Como exemplo, os autores chamam a atenção para a mudança do papel da viúva na família, pois esta situação financeira gera para ela maior poder. Ao ter acesso aos benefícios previdenciários, a mulher, até então mantida numa posição de relativa subordinação, conquista autonomia, visto que passa a administrar seu dinheiro – nem que seja para empregá-lo para o bem de sua família. (WOORTMANN, 2004). Essa realidade pode ser observada nos municípios analisados, como se evidencia na fala a seguir:



O que a gente tem notado, que os homens morrem mais cedo e as idosas vivem mais, por conta disto, elas têm uma renda que é a aposentadoria e outra que é a pensão pela morte do cônjuge, isso melhora a autoestima delas, então não é muito difícil da gente encontrar mulheres comprando uma coisa ou outra e elas têm muito orgulho de dizer que elas compraram com o dinheiro delas, agora com o dinheiro da aposentadoria, porque dá um certo poder para elas, né? Porque às vezes elas ganham aposentadoria e pensão. (EMATER, Canguçu).

Muitos idosos dos municípios estudados, após receberem os benefícios previdenciários, adquiriram casa própria, ampliaram a moradia, tiveram acesso à luz, água encanada, geladeira, fogão, entre outros bens duráveis. Também, a renda mensal dos benefícios proporcionou aos idosos a possibilidade de ajudarem filhos, vizinhos, amigos, e não apenas serem ajudados. Assim, estes mantêm seu papel de provedores na família e permanecem sendo respeitados pela comunidade na qual estão inseridos, mesmo que, em alguns casos, estejam dependentes fisicamente. (TONEZER, 2009).

Também Morais et al. (2008), ao estudarem idosos mais velhos do município de Encruzilhada do Sul – RS (Brasil), observaram os impactos da aposentadoria de pessoas que vivem no meio rural junto às famílias pobres, afirmando que esta foi fundamental para a transformação das relações no rural, uma vez que o dinheiro oriundo da aposentadoria era usado para comprar alimentos para o lar, para enviar crianças à escola, investir em tecnologias agrícolas e garantir a sobrevivência de muitas famílias. Por esse motivo, pode-se afirmar que para os municípios estudados pelas autoras, os quais são também da grande área estudada nesta tese, a Previdência Social vem sendo um dos sustentáculos da economia nesses, garantindo um maior bem-estar, não só para idosos, mas para toda a família. (MORAIS et al, 2008, TONEZER, 2009, ALCÂNTARA, 2009)

Sintetizando observa-se que, se a previdência rural no Brasil foi excludente na sua criação, depois da promulgação da Constituição Federal de 1988 equiparam-se os direitos entre trabalhadores urbanos e rurais. Em relação aos benefícios assistenciais, observou-se, a partir das entrevistas com os prestadores de serviço (STRs) que quem mais busca esse auxílio em Camaquã e Canguçu são os idosos urbanos, isso porque “grande parte dos idosos do meio rural conseguem se aposentar por idade, só os assentados e empregados de fazendas é que têm dificuldade de se aposentar”.



Os resultados da análise das ações e serviços nesse âmbito atestam mais uma vez a vulnerabilidade dos idosos com destaque para os assentados e empregados rurais. Assim, a distribuição de renda aos idosos no meio rural se diferencia entre uma categoria e outra. Isso porque, diferente dos agricultores familiares que trabalham em suas terras desde jovens e têm facilidade para comprovar sua contribuição através do Talão de Produtor², os idosos empregados de fazendas e os idosos assentados rurais têm maior dificuldade para acessar aos benefícios da previdência. Abaixo citação que exemplifica o que foi exposto.

Os assentados rurais antes trabalhavam na cidade, não contribuía e agora estão há pouco tempo contribuindo pelo Talão de Produtor, os empregados rurais também enfrentam esta dificuldade, pois muitos patrões não assinavam a carteira para eles se aposentarem por tempo de serviço, e isso é pior para as mulheres dos empregados rurais, pois estas sim não conseguem se aposentar, pois se algum patrão assinava carteira, assinava só para o homem. (Entrevistado do STR de Canguçu).

Observa-se que, diferente dos agricultores familiares, os assentados rurais e empregados de fazendas têm maior dificuldade de garantir a aposentadoria por idade, com destaque para as mulheres. Frente a esta dificuldade, alguns idosos, principalmente assentados rurais e empregados rurais, buscam os benefícios constitucionais garantidos pela LOAS ou do PBF, “mas é difícil eles conseguirem, pois quase sempre tem alguém na família aposentado”, observam entrevistados do STR de Camaquã, o que muitas vezes inviabiliza o recebimento desses benefícios.

Dos 10 idosos agricultores familiares participantes do estudo, todos recebem pelo menos um benefício da previdência, diferente dos seis assentados e empregados rurais, onde dois homens recebem este benefício, os demais, ou não recebem nenhum benefício (três mulheres), ou recebem benefício do Programa Bolsa Família (uma mulher).

Frente a estes dados, fica evidente a distribuição desigual da renda tanto entre as categorias analisadas, quando em relação ao sexo, atestando a maior vulnerabilidade das mulheres assentadas e empregadas rurais que enfrentam maiores dificuldades para a aposentadoria do que os homens, mesmo que estas, muitas vezes, exerçam múltiplas funções na casa, com a família e com o trabalho na lavoura durante toda a sua vida.

² O talão de produtor possibilita o agricultor registrar em um bloco de notas todo o movimento ocorrido durante um determinado período a fim de comprovar que este está desenvolvendo a sua atividade.



Os gestores e prestadores de serviço entrevistados nos municípios observam também que quem “sustenta muitos idosos rurais é a produção para o autoconsumo”, afirmação confirmada pelos idosos. Delgado e Cardoso Jr. (2000, p. 37), ao analisarem domicílios beneficiados pela Previdência Social Brasileira observaram que a produção para autoconsumo familiar é “particularmente importante para mais de 90% das unidades domiciliares ativas, em que a produção familiar própria integra um conjunto mais amplo de estratégias de sustentação e reprodução econômica e social”. Também Garcia Jr. (1983), ao estudar pequenos produtores da região canavieira de Pernambuco, emprega a noção de “alternatividade” para denominar as várias funções da produção para autoconsumo. Entre elas destacam-se a produção para subsistência e a produção comercial, sendo que a primeira destina-se exclusivamente ao consumo da família, enquanto a segunda pode dirigir-se ao autoconsumo, mas também à venda.

Para além das funções de subsistência e comercial, destacam-se, neste estudo, mais duas funções desta produção alternativa na vida dos idosos, quais sejam: a troca destes alimentos como uma estratégia de mercado e, para além disso, a possibilidade de os idosos rurais se manterem ativos, quando dentre outras funções “plantam um milho”, “criam algumas galinhas”, “cuidam da criação” e “gostam de fazer isso para se sentirem importantes, para passar o tempo”, observam os prestadores de serviço e gestores de Camaquã e Canguçu. Essa alternatividade responde pela articulação entre material e imaterial, entre “produzir e gostar, ter prazer no que faz”.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo buscou-se analisar o envelhecimento rural nos municípios de Camaquã e Canguçu, e como os direitos dos idosos se concretizam em ações e serviços nesses espaços, pois observa-se que, apesar de o Brasil contar com amplo arcabouço legal para garantia dos direitos dos idosos, grande parte desta população encontra-se excluída, dentre estes, e, particularmente, os idosos rurais.



Como resultado constatou-se a presença de múltiplas vulnerabilidades a que estão submetidos os idosos rurais nos municípios de Camaquã e Canguçu, no Estado do Rio Grande do Sul. As mais importantes vulnerabilidades identificadas estão relacionadas as condições de habitação, escolaridade, saúde, integração social, lazer e acesso à renda.

As vulnerabilidades no envelhecimento não são iguais para todos, estando atreladas às condições de trabalho e aos território em que estão inseridos os idosos, que no caso em análise sofre o agravante da ineficácia dos governos municipais. Assim, Camaquã, apesar de mais dinâmico economicamente, oferece menos ações e serviços à população idosa rural, do que Canguçu, fazendo com que os idosos do primeiro município estejam mais suscetíveis às vulnerabilidades social e institucional, agravando a vulnerabilidade biológico/individual própria do processo de envelhecimento. Outra diferença entre os municípios analisados diz respeito às características fundiárias, sendo que em Camaquã se observa um maior número de fazendas e de assentamentos, o que faz com que neste, muitos idosos estejam na condição de assentados ou empregados rurais. Isso implica especialmente em infraestrutura de habitação e trabalho piores para os primeiros e, para os segundos, vínculos de trabalhos precários, principalmente para as mulheres, evidenciando mais um déficit institucional quanto à legislação trabalhista, que também é universalizada, então há defasagem no cumprimento das leis pelo Estado e pelos empregadores.

Canguçu, por sua vez, além de disponibilizar mais ações e serviços aos idosos rurais, ainda se caracteriza por ser o município com maior número de minifúndios da América Latina. Esta diferenciação indica também uma maior desigualdade de renda do primeiro município em relação ao segundo, isso porque, mesmo que Camaquã apresente um maior PIB per capita, na prática poucos ganham muito (donos das fazendas) e muitos ganham pouco (empregados e assentados rurais). Evidencia-se assim uma concentração de terra, por conseguinte de poder econômico, de exclusão e de abusos na exploração do trabalhador. Frente a esses dados, o dinamismo de Camaquã limita-se à renda e não contempla todas as dimensões do desenvolvimento em seu sentido amplo.

É importante considerar também, que a limitação da oferta de ações e serviços aos idosos em Camaquã e Canguçu intensifica-se pelo fato de que poucos profissionais deslocam-se até as áreas rurais. Segundo os idosos, é mais vantagem deslocar-se até a sede em busca de



ações e serviços que esperar um profissional ir até a sua comunidade, informação que confirma a limitação de profissionais acessíveis.

O deslocamento até a sede dos municípios não é uma tarefa fácil, uma vez que a maioria dos idosos pesquisados não tem transporte próprio, tendo que depender de transporte coletivo. Os ônibus, por sua vez, também são limitados a determinados dias e horários, sendo que o preço das passagens é elevado, principalmente para os idosos que residem mais distante da sede do município. Por sua vez, as estradas rurais se encontram frequentemente em estado precário, além de não haver paradas de ônibus protegidas em vários trechos, o que se agrava ainda mais para aqueles com limitações físicas. Estes dados confirmam a necessidade de intensificar e qualificar as ações e serviços aos idosos que moram nos espaços rurais, pois estes, assim como os idosos urbanos, são cidadãos de direitos.

Observou-se que as instituições que mais oferecem ações e serviços aos idosos rurais têm atuação no campo da produção, como o STR, a EMATER e as Secretarias Municipais da Agricultura. Por outro lado, as instituições que atuam em ações e serviços sociais e assistenciais, como a Secretaria Municipal da Saúde, da Ação Social, da Educação limitam suas ofertas ao público urbano. A não atuação destas últimas instituições nos espaços rurais faz com que estes sejam pensado apenas como espaço de produção e não como um espaço de vida.

Para além dessas situações, há também o problema da forma com que os gestores e os prestadores de serviços visualizam o rural, de um lado envelhecido demograficamente e de outro limitado a uma pequena parcela de agricultores não idosos, que persistem em continuar nessas áreas. Tem-se a destacar que os idosos participantes da pesquisa em muitos momentos mostraram-se insatisfeitos com o rumo que o rural e as políticas públicas “estão tomando”. Isso porque observou-se que, mais do que a necessidade de melhorar a infraestrutura de serviços aos idosos, é preciso combater a exclusão desse grupo populacional da sociedade como um todo. A oferta de ações e serviços a esta população tem seguido os padrões urbanos que não condizem com a realidade do rural. Os jovens, por sua vez, são incentivados a “serem alguém na vida”, geralmente longe dos espaços rurais, pois cada vez mais se intensifica a ideia de que no rural “não há vida”, “não há conhecimento”, não há potencialidades a serem valorizadas.



Assim, observou-se também em ambos os municípios o “des” (não) envolvimento dos idosos no sentido de integração nas dinâmicas e políticas sociais, o que gera múltiplas vulnerabilidades para esta população, isso porque, além das limitações físicas consequentes do envelhecimento biofisiológico, enfrentam dificuldades ou ausência de acesso a ações e serviços que lhes são necessários nesta etapa da vida.

Em um esforço de síntese, destacam-se neste estudo que tanto os idosos rurais de Camaquã quanto os de Canguçu encontram-se “des” (não) envolvidos das ações e serviços que lhes são garantidos pelos direitos constitucionais e pelo Estatuto do Idoso, e, por sua vez, este “des” (não) envolvimento diferencia-se entre as categorias analisadas, encontrando-se os assentados e empregados rurais em piores situações de acesso às ações e serviços que os agricultores familiares e que o dinamismo de Camaquã limita-se ao setor econômico.

Mais do que buscar acesso às ações e serviços, os idosos rurais participantes da pesquisa demonstram, em suas percepções, a necessidade de valorização na e da sociedade, expressa nas situações de vida em sua complexidade material e imaterial.

Por esse motivo entende-se a importância da adoção de focos de análise acadêmica, considerando o desenvolvimento social ampliado, pois baseia-se não apenas em fatores econômicos, sociais, culturais e ambientais, mas vai além, na compreensão das imaterialidades, constitutivas do existir. Acredita-se que o bem estar dos indivíduos, e aqui mais especificamente dos idosos rurais, não diz respeito apenas às suas condições, mas às “situações” em que estes se encontram, e para com as quais temos que ter responsabilidade e comprometimento como cidadãos.

6. REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, L. R. *Idosos rurais: fatores que influenciam trajetórias e acesso a serviços de saúde no município de Santana da Boa Vista/RS*. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Faculdade de Enfermagem, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

AYRES, J. R. de C. M. *Vulnerabilidade e avaliação de ações preventivas*. São Paulo: Casa de Edição, 1996.



BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. *Lei 10.741*, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília, 2003. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/2003/L10.741.htm>>. Acesso em: 18 fev. 2010.

BRASIL. *Lei nº 8.842*, de 2 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Brasília, 1994. Disponível em: <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/dh/volume%20i/ido_solei8842.htm>. Acesso em: 06 set. 2011.

BRUMER, A. Previdência social rural e gênero. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 4, n. 7, p. 50-81, jan./jun. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n7/a03n7>>. Acesso em: 15 jan. 2011.

CAMARANO, A. A.; PASINATO, M. T. O envelhecimento populacional na agenda das políticas públicas. In: CAMARANO, A. A. (Org.). *Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60*. Rio de Janeiro: IPEA, 2004. p. 253-292.

COTRIM, M. S. *Pecuária familiar na “serra do sudeste” do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a origem e a situação socioeconômica do pecuarista familiar do município de Canguçu/RS*. 2003. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

DELGADO, G.; CARDOSO JR., J. C. (Org.). *Principais resultados da pesquisa domiciliar sobre a previdência rural da Região Sul do Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. (Texto para Discussão, 734).

_____; _____. O idoso e a previdência rural no Brasil: a experiência recente da universalização. In: CAMARANO, A. A. (Org.). *Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60*. Rio de Janeiro: IPEA, 2004. p. 293-319.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA - FEE. *Comentários acerca dos números finais do PIB do Rio Grande do Sul e das demais regiões da federação em 2010*. Porto Alegre: Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Social/FEE, 2012.

GARCIA JR., A. R. *Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GIL, A. C. *Estudo de caso*. São Paulo: Atlas, 2009.

HINCK, S. The lived experience of oldest-old rural adults. *Qualitative Health Research*, Newbury Park, v. 14, n. 6, p. 779-791, July 2004.



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA - INE. *Envelhecimento em Portugal: situação demográfica e socio-econômica recente das pessoas idosas*. Lisboa: INE, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2006>>. Acesso em: 06 set. 2010.

_____. *Censo demográfico 2010*. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 03 out. 2011.

_____. *Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais*. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/brasilemsintese/de_fault.htm>. Acesso em: 25 jan. 2010.

_____. Dados gerais de Canguçu. Brasília: IBGE, 2010. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=430450&search=rio-grande-do-sul|cangucu|infograficos:-dados-gerais-do-municipio>. Acesso em 09 de junho de 2016.

_____. Dados gerais de Camaquã. Brasília: IBGE, 2010. Disponível em: http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=43&dados=26#topo_piramide. Acesso em 09 de junho de 2016.

_____. *Sidra*. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 maio 2012.

LIMA-COSTA, M. F.; VERAS, R. Saúde pública e envelhecimento. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 700-701, maio/jun. 2003.

KALACHE, A. O mundo envelhece: é imperativo um pacto de solidariedade social. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, jul./ago. 2008.

MANN, J. et al. (Org.). *A Aids no mundo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; ABIA; IMS; UERJ, 1992.

MINAYO. M. C. S. (Org.). A violência social sob a perspectiva da saúde pública. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 12, 1994.

MORAIS, E. P. de. *Envelhecimento no meio rural: condições de vida, saúde e apoio dos idosos mais velhos de Encruzilhada do Sul – RS*. 2007. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2007.



_____ et al. Os idosos mais velhos no meio rural: realidade de vida e saúde de uma população do interior gaúcho. *Texto Contexto Enfermagem*, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 374-383, abr./jun. 2008.

ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAÚDE - OPS. *Exclusión en salud en países de América Latina y el Caribe*. Extensión de la protección social en salud. Washington: OPS; OMS; ASDI, 2003.

PAZ, A. A; SANTOS, B. R. L; EIDT, O. R. Vulnerabilidade e envelhecimento no contexto da saúde. *Acta Paul Enferm.*, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 338-342, 2006.

PINTO, J. L. G. et al. Características do apoio oferecido a idosos de área rural assistida pelo PSF. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 756-764, 2006.

RAYNAUT, C. Interfaces entre a antropologia e a saúde: em busca de novas abordagens conceituais. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, Porto Alegre, v. 27, n. 2, p. 149-165, 2006.

ROGERS, C. C. The graying of rural America. *Forum for Applied Research and Public Policy*, Knoxville, v. 15, n. 4, p. 52-55, Winter 2000. Disponível em: <<http://forum.ra.utk.edu/Archives/PDF/15.4.pdf>>. Acesso em: 03 ago. 2011.

ROSA, M. F. G. *Serviço de apoio domiciliário: um estudo sobre a qualidade de dos serviços 2012*. Dissertação (Mestrado em Gerontologia Social) – Faculdade de Educação e Comunicação, Universidade do Algarve, Faro, 2012.

SILVA, J. C. Da velhice e assistência social no Brasil. *A Terceira Idade*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 54-64, 2006.

SOUSA, C. *Características psicológicas de la persona adulta*. Valência: Diálogos, 2003.

TONEZER, C. *Idosos rurais de Santana da Boa Vista – Rio Grande do Sul: Efeitos da cobertura previdenciária*. 2009. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS. *Evolução e diferenciação da agricultura, transformação do meio natural, e desenvolvimento sustentável em espaços rurais do sul do Brasil*. Relatório técnico parcial. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural; Faculdade de Economia, 2005.

WOORTMANN, K. Velhos camponeses. In: LAHUD, A. *Terceira idade: ideologia, cultura, amor e morte*. Brasília: UnB, 2004. p. 55-70.

VIII Seminário Internacional sobre

Desenvolvimento regional

Territórios, redes e
Desenvolvimento Regional:
Perspectivas e Desafios



Programa de Pós-Graduação
**Desenvolvimento
Regional**
mestrado e doutorado



WOORTMANN, K.; WOORTMANN, E. Velhos camponeses. *Humanidade, Terceira idade*.
Brasília, n. 46, p. 132-139, 1999.